

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova lei acaba com isenção tributária para parte das organizações sem fins lucrativos

3

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lei que une impostos é sancionada

5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma Tributária entra em fase de testes

6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit foi de 0,1% do PIB em 2025, afirma Haddad

8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

'Podemos estar diante da maior fraude do país', diz Haddad sobre Master

9

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Por que falham as reformas administrativas? (Artigo)

11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto de lei da reforma tributária tem 10 vetos

13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

OMS pede a países mais impostos sobre álcool e bebidas açucaradas

14

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plataforma do governo vai permitir consulta ao cashback da reforma tributária; entenda

15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Demora do FGC já faz CDB do banco render menos de 100% do CDI

17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em carta, dirigentes de BCs dão apoio a Powell

18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação do país registra alta de 0,3% em novembro

19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inteligência artificial e o PIB - ALEXANDRE CHIAVEGATTO FILHO

20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Com Mercosul-Efta, Noruega quer ampliar investimento no Brasil

21

Quarta-Feira, 14 de Janeiro de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Após 9 altas seguidas, setor de serviços cai 0,1% em novembro..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Banco Mundial vê alta menor para PIB do Brasil..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Crescimento global deve se manter estável, apesar de incertezas, diz Banco Mundial
..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

No Brasil, um ritmo de negócios mais moderado..... 28

Nova lei acaba com isenção tributária para parte das organizações sem fins lucrativos

Beatrix Olivon De São Paulo

Ao reduzir benefícios fiscais, a Lei Complementar nº 224, de 2025, também acaba com a isenção de algumas organizações sem fins lucrativos. Permanecem isentas apenas as que se enquadrarem como Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), classificações que nem todas conseguem obter.

Para as organizações que não se enquadrarem nessas classificações, a tributação, que incluirá Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins, passará a ser de cerca de 10% da alíquota do sistema padrão de tributação, segundo advogados ouvidos pelo Valor.

O alcance da medida ainda é pouco percebido, mas pode atingir diversas organizações da sociedade civil, segundo o advogado Eduardo Szazi, sócio do escritório Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados (SBSA Advogados).

"Associações, clubes de futebol, clubes recreativos, museus e milhares de associações culturais, científicas e sociais que não são imunes nem qualificadas como Oscip ou OS passarão a pagar Imposto de Renda, CSLL e PIS/Cofins, com consequências diretas para a cultura, o esporte, a assistência social e a própria democracia associativa no Brasil", diz o advogado.

Ele alerta ainda que não existem garantias de que o percentual não poderá aumentar no futuro. Szazi

acrescenta que a lei afeta também ONGs, orquestras, organizações gestoras de fundos patrimoniais e associações comerciais.

Entre as que continuam isentas estão cerca de 660 mil organizações sociais ativas no país, segundo mapa do Ipea, e 6 mil Oscips, de acordo com dados da Confederação Brasileira das Oscips (OSCIP/BR). A qualificação de entidade social como Oscip é feita pelo Ministério da Justiça e considera a celebração de um termo de parceria

com o poder público.

Já as organizações sociais nascem de pedido ao

Poder Executivo e suas atividades precisam ser dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura ou à saúde.

A lei não traz alterações para as instituições consideradas imunes, que mantêm a proteção da Constituição para não serem tributadas. A categoria das imunes contempla entidades religiosas, suas organizações assistenciais e benficiantes, partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

As isentas estão em outro grupo. "Isenções são benefícios tributários que o governo tira quando quer", diz o advogado Eduardo Szazi.

O PIS e a Cofins, explica, incidem sobre a receita bruta. O IR e a CSLL sobre o superavit, já que não há lucro a ser distribuído para sócios. "O setor sem fins lucrativos não distribui lucros e agora será tributado."

De acordo com Adriano Subirá, presidente do Comitê Tributário Brasileiro (CTB), a ideia da LC 224 era de uma redução geral nos benefícios fiscais. Por isso, algumas entidades sem fins lucrativos também estão abrangidas.

"A renúncia fiscal é uma política pública. Se é investimento, esperase retorno e uma duração", afirma ele, ao destacar que a extensão de benefícios para diversos setores, sem metas, nem prazo certo, tornava difícil a retirada deles.

O gasto tributário para este ano foi estimado em R\$ 612,84 bilhões. O demonstrativo de gastos tributários do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deste ano, que foi usado como base para o corte de benefícios, aponta que o Simples Nacional é o gasto tributário de maior participação no valor total (21,91%).

Em seguida, vêm os benefícios atrelados à agricultura e agroindústria (12,93%), dos rendimentos isentos e não tributáveis referentes ao IRPF (10,31%), das entidades sem fins lucrativos - imunes/isentas (9,13%) e das deduções de rendimentos tributáveis sobre IRPF (6,80%).

Mesmo eventual existência de fraudes nas entidades

filantrópicas, pondera Eduardo Diamantino, sócio do Diamantino Advogados Associados, não justificaria a redução da isenção de forma tão apressada, sem os debates necessários como aconteceu para a aprovação da LC 224.

O advogado Giancarlo Matarazzo, sócio do Pinheiro Neto, aponta alguns questionamentos que podem aparecer no Judiciário, por causa de algumas questões técnicas da norma. Um deles é a cobrança do IR já este ano. A lei orçamentária, que é a base para a retirada da isenção das entidades sem fins lucrativos, ainda não foi publicada (Projeto de Lei nº 15, de 2025).

"Não é o que a lei complementar prevê mas, teoricamente, pelo princípio da anterioridade, o IR só deveria incidir no próximo ano e, as contribuições sociais, depois de 90 dias da publicação da lei orçamentária e seu anexo", afirma o advogado.

Para Tiago Conde, sócio do Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados, destaca que a nova legislação cria insegurança jurídica. Isso porque a LC 224 não revoga de forma explícita as isenções. "A lei não diz claramente quem fica de fora, abrindo espaço para interpretações fiscais restritivas", aponta. Ainda segundo Conde, a norma ignora a função social de várias entidades, praticando um corte genérico, como se todos os benefícios tivessem a mesma natureza econômica.

O Ministério da Fazenda, por meio de nota, informa que a Lei Complementar nº 224, de 2025, ajusta os critérios para a concessão de benefícios fiscais às entidades sem fins lucrativos, mantendo as isenções para aquelas que atendem aos requisitos legais já previstos, como Organizações Sociais e Oscips. "Não se trata de uma medida direcionada a tipos específicos de entidades, mas de um aprimoramento do enquadramento jurídico dos benefícios", afirma a nota.

Quanto ao gasto tributário, a **Receita Federal** atualmente divulga os dados de forma agregada, por grandes grupos, como associações civis, educacionais e de saúde, não havendo desagregação entre Oscips, Organizações Sociais e demais entidades. De acordo com a Fazenda, a mensuração mais detalhada dos impactos da LC n 224 ainda está em análise pelas áreas técnicas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188468?page=1§ion=1>

Lei que une impostos é sancionada

O presidente Lula da Silva sancionou ontem a segunda lei de regulamentação da **reforma tributária**, que unifica os **tributos** federais, estaduais e municipais sobre o consumo.

O governo também lançou oficialmente a Plataforma Digital da **Reforma Tributária**, que vai centralizar as operações fiscais das empresas e será capaz de processar cerca de 200 milhões de operações por dia.

As medidas dão o pontapé na fase de implementação da **reforma tributária**, que vai unificar cinco **tributos** - os federais PIS, Cofins, e IPI, além do ICMS estadual e do ISS municipal - em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), considerado mais eficiente e já amplamente adotado em outros países.

No Brasil, o IVA terá duas partes: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que caberá ao governo federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), repartido entre estados e municípios.

Neste ano, não haverá recolhimento efetivo dos novos **tributos**, mas as empresas terão de emitir documentos fiscais para testar o sistema e prestar informações que permitam calcular a alíquota que será cobrada a partir de 2027.

Segundo o ministro Fernando Haddad (Fazenda), haverá um prazo de transição para o IBS, a pedido dos governos estaduais, para adaptação de benefícios atuais. A lei sancionada ontem cria o Comitê Gestor do IBS.

O novo comitê será composto por 27 representantes dos estados e outros 27 dos municípios e ficará responsável pela gestão e coordenação operacional do novo imposto, que será compartilhado entre os entes.

Novo sistema

A nova plataforma da **reforma tributária** será capaz de processar cerca de 200 milhões de operações por dia e deve movimentar 5 petabytes de dados (o equivalente a 5.000 terabytes).

O portal é acessado via gov.br e terá funcionalidades como calculadora de **tributos**, apuração assistida, declaração pré-preenchida e monitoramento em tempo real de valores a pagar e créditos a receber para empresas.

O sistema foi testado por mais de 400 empresas nos últimos seis meses. Ele começou a ser desenvolvido no início de 2024 pela **Receita Federal** e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/>

Reforma Tributária entra em fase de testes

BERNARDO LIMA, BRUNA LESSA E JENIFFER GULARTE economia@oglobo.com.br **BRASÍLIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, com vetos, o projeto de lei que finaliza a regulamentação da **Reforma Tributária**. Ele também lançou a plataforma digital que irá consolidar a arrecadação dos **tributos**, dando início oficial ao novo sistema de **impostos**.

A reforma cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, que substituirá PIS, Cofins e IPI, todos federais) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sucessor do ICMS (estadual) e ISS (municipal). O texto sancionado ontem trata da criação do Comitê Gestor do IBS, órgão que ficará responsável pela gestão e coordenação operacional do IBS.

A mudança para os novos **tributos** sobre o consumo tem início neste ano com um período educativo, sem aplicação de penalidades, para que as empresas possam se adaptar às novas regras.

O ano de 2026 é considerado de testes e, por isso, as empresas terão até o quarto mês após o regulamento (que ainda não foi divulgado) para testar os novos sistemas e se adaptarem, com a garantia de que não haverá penalidades.

Após esse período de adaptação, as empresas de maior porte passarão a informar nas notas fiscais os valores correspondentes às alíquotas-teste de CBS (0,9%) e de IBS (0,1%). Esses valores têm caráter meramente informativo e não haverá recolhimento. O objetivo é testar sistemas, validar processos e subsidiar o cálculo das alíquotas definitivas que manterão a carga tributária atual. Por isso, para o consumidor, não há impacto nos preços.

PERÍODO EDUCATIVO

O período inicial tem caráter educativo e colaborativo. Notas emitidas sem os novos campos não serão rejeitadas, não haverá autuações, e as administrações tributárias seguem em fase de adaptação à plataforma nacional. Empresas optantes pelo Simples Nacional e microempreendedores individuais não precisam cumprir a obrigação neste primeiro momento. Ao sancionar o texto, Lula defendeu previsibilidade:

- A gente tem que apresentar a essa sociedade estabilidade jurídica, garantir estabilidade econômica, estabilidade fiscal, a estabilidade social e a

previsibilidade nesse país. Isso só é possível ser feito depois que a gente aprende a conviver democraticamente - afirmou.

O presidente disse que o avanço da reforma se deve ao diálogo entre governo, Congresso, estados, empresários e trabalhadores:

- Precisamos conviver como seres humanos civilizados. Conseguimos fazer essa reforma exatamente por isso - declarou, acrescentando que tentativas anteriores fracassaram por falta de convergência política.

A cerimônia teve também a presença do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a reforma é o primeiro passo para organizar o sistema e permitir escolhas mais equilibradas no futuro:

- A reforma do consumo não é uma medida pontual. Ela cria as bases para reorganizar o Estado brasileiro, dar previsibilidade à economia e permitir políticas públicas mais justas no futuro.

200 MILHÕES DE OPERAÇÕES

A plataforma será acessada por meio do Gov.br e concentrará funcionalidades como calculadora de **tributos**, apuração assistida, declaração pré-preenchida e monitoramento em tempo real de valores a pagar e créditos a receber pelas empresas.

Segundo o governo, tratase da maior plataforma digital já desenvolvida para o sistema tributário brasileiro, com capacidade estimada para processar cerca de 200 milhões de operações por dia e movimentar aproximadamente cinco petabytes de dados por ano. O portal foi testado por quase 500 empresas nos últimos seis meses.

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, explica que 2026 será de "diálogo com a sociedade" e que o novo sistema só entrará em vigor a partir do ano que vem:

- Em 1º de janeiro de 2027, aí sim o sistema passará a não apenas ter esse destaque nas notas fiscais, mas também o valor efetivo do recolhimento dos **tributos** da CBS federal. A partir de 2029 começa a transição a rigor da substituição do ICMS pelo IBS, que é de competência de estados e municípios.

Para o advogado tributarista Gabriel Amarante, esse momento marca o fim da etapa de debates legislativos e o início da aplicação concreta das novas regras, ainda que em caráter inicial:

- Recomendamos fortemente que todas as empresas acessem o referido ambiente (a plataforma), para conferir os seus dados cadastrais e demais informações já disponibilizadas.

Na avaliação do advogado tributarista Bruno Medeiros Durão, a sanção representa a passagem definitiva do plano constitucional para a realidade administrativa e operacional da reforma:

- Este ano será, essencialmente, um ano de organização, regulamentação e testes. A expectativa é que sejam publicadas normas operacionais, iniciados projetos-piloto, ambientes de simulação e testes com empresas e fiscos. É a fase de ensaio geral do novo sistema antes de ele começar a produzir efeitos concretos na arrecadação.

VETO PARA SAFS

Na avaliação de Pâmela Larissa Miguel, sócia da área de Tributário do Mattos Filho, o principal cuidado dos contribuintes nesta fase inicial é investir desde já em tecnologia e na revisão de processos internos, para reduzir riscos e insegurança jurídica no futuro:

- Isso requer inventário de documentos fiscais aplicáveis, testes ponta a ponta nos ambientes de autorização e acompanhamento diário de rejeições, inconsistências e prazos.

Entre os trechos vetados ontem, está um artigo que ampliava os benefícios das Sociedades Anônimas do Futebol

(SAFs), que ainda terão algum ganho. O projeto aprovado pelo Congresso reduzia de 8,5% para 5% a alíquota de contribuição dessas entidades. Com o voto, a alíquota cairá menos, para 6%. Outro voto foi a um dispositivo que permitia excluir da base de cálculo das SAFs as receitas com compra e venda de jogador por um período inicial de cinco anos.

AS MUDANÇAS NOS IMPOSTOS ESTE ANO

Valor agregado

A **Reforma Tributária** criou o Imposto de Valor Agregado (IVA) dual, que se divide na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que une IPI, PIS e Cofins, federais, e no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unifica ICMS e ISS. Neste primeiro ano, a alíquota será de 1% (0,9% de CBS e 0,1% do IBS),

mas será apenas demonstrativo. A cobrança só começa em 2027.

Ano de adaptação

O principal impacto este ano da **Reforma Tributária** do consumo será operacional: adaptação dos sistemas de arrecadação das empresas (ERPs), cadastros fiscais, classificação de bens e serviços, escrituração e emissão de documentos fiscais eletrônicos.

Gestão dos recursos

A CBS será administrada pela **Receita Federal**, e o IBS, pelo Comitê Gestor do IBS. Este ano, haverá a integração dos sistemas.

Imposto de Renda

Os novos **impostos** sobre consumo vão ser implantados gradualmente até 2033, mas as mudanças no Imposto de Renda já valem este ano. Haverá isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e redução do IR até R\$ 7.350. Também começa a valer a alíquota de 10% sobre lucros e dividendos pagos a pessoas físicas quando o valor mensal ultrapassar R\$ 50 mil, por fonte pagadora. Também passa a valer este ano o IR mínimo para quem ganha acima de R\$ 600 mil, com alíquotas progressivas que podem chegar a 10% para rendas anuais a partir de R\$ 1,2 milhão.

Transmissão de bens

O imposto sobre herança e doação (ITCMD) e o que incide sobre a transferência de imóveis (ITBI) vão ser calculados sobre valor de mercado, mas dependem de leis estaduais para começar a valer.

Menos benefícios fiscais

Também começa a valer este ano a redução de 10% em alguns benefícios fiscais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Déficit foi de 0,1% do PIB em 2025, afirma Haddad

I CÍCERO COTRIM/BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que as contas do governo central devem ter fechado 2025 com déficit primário em torno de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) - mais próximo do centro da meta fiscal (de déficit zero) do que do piso (negativo em 0,25% do PIB). Se considerado o pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União) e de outras despesas que ficaram fora da meta, rombo nas contas chegaria a 0,48% do PIB.

"Se nós considerarmos aquilo que o Congresso excepcionalizou, ou a Justiça, no caso da indenização do INSS, nós estamos falando de alguma coisa em torno de 0,17% de déficit, e já considerados precatórios, ou seja, o pagamento do calote que o Bolsonaro deu, nós vamos fechar o ano em 0,48% de débito", afirmou o ministro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Podemos estar diante da maior fraude do país', diz Haddad sobre Master

BRUNA LESSA bruna.lessa@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a pasta tem dado "todo o respaldo institucional" ao Banco Central (BC) no processo de liquidação do Banco Master. Segundo ele, o caso pode ser a "maior fraude do país". Esta é a primeira vez que Haddad vem a público defender o BC após as divergências com o Tribunal de Contas da União (TCU).

- O caso inspira muito cuidado, nós podemos estar diante da maior fraude bancária da História do país. Temos que tomar todas as cautelas devidas com as formalidades, garantindo evidentemente todo o espaço para a defesa se explicar, mas ao mesmo tempo sendo bastante firmes em relação àquilo que tem de ser defendido, que é o interesse público -afirmou.

O titular da equipe econômica disse que tem falado com o presidente do BC, Gabriel

Galípolo, e elogiou o trabalho da autoridade monetária:

-Tenho falado com o presidente do Banco Central quase diariamente, dando todo o respaldo institucional da Fazenda para o Banco Central. Eu penso que nós temos feito um trabalho conjunto muito importante, que envolve a Fazenda também. O caso Reag envolve a Fazenda, tem uma conexão que está sendo apurada entre os dois casos.

Haddad afirmou que está "absolutamente seguro do trabalho que Galípolo e equipe" vêm realizando.

'INTERESSE PÚBLICO'

O caso Reag, citado pelo ministro, refere-se à Reag Investimentos, uma das maiores gestoras independentes do país, que passou a ser monitorada pelas autoridades após a deflagração da Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal. Esta investiga suspeitas de lavagem de dinheiro e crimes financeiros por meio de fundos de investimento estruturados. A empresa nega quaisquer irregularidades.

Haddad considerou a atuação do BC como "tecnicamente muito robusta" e reforçou que o caso extrapola interesses privados, tornando-se uma

questão de interesse público.

-É um assunto de interesse público por várias razões, mas também porque envolve recursos de bancos públicos.

O ministro lembrou que, embora o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) seja considerado um fundo privado, ele é capitalizado também por bancos públicos. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal respondem por cerca de um terço dos recursos do FGC, o que, segundo Haddad, amplia a relevância do caso para o Estado.

O ministro afirmou ainda que conversou com o presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho, na semana passada. Na segunda-feira, a Corte acertou com o BC uma inspeção nos documentos que embasaram a liquidação do Master.

- Penso que houve ali uma convergência e que as coisas vão caminhar para o lado certo -disse Haddad.

DÉFICIT TOTAL MAIOR

Haddad afirmou ontem que os cálculos preliminares da pasta indicam que o déficit primário (receita menos despesas antes de pagamento de juros) do governo em 2025 ficou em 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), resultado dentro da margem de tolerância da meta fiscal estabelecida para o ano, que é de déficit zero. Os números oficiais serão divulgados no fim do mês:

- Pelo terceiro ano na verdade, consecutivo, estamos cumprindo a meta de primário, o número é preliminar, mas nós devemos ter terminado o ano com 0,1% de déficit.

Pelas regras fiscais em vigor, o governo pode encerrar o ano com resultado neutro ou com déficit de até 0,25% do PIB sem descumprir a meta.

Haddad explicou que o resultado de 0,1% leva em conta apenas as despesas incluídas na contabilidade fiscal regular. Segundo ele, quando são incorporados gastos autorizados por decisões judiciais, como precatórios -dívidas da União reconhecidas pela Justiça- e indenizações a aposentados vítimas de fraudes, o déficit sobe para 0,48% do PIB:

- Se nós considerarmos aquilo que o Congresso excepcionalizou, ou a Justiça, no caso da indenização do **INSS**, nós estamos falando de alguma coisa em torno de 0,17% de déficit, e já considerados precatórios, ou seja, o pagamento do calote que o Bolsonaro deu, nós vamos fechar o ano em 0,48% de déficit.

De acordo com o ministro, mesmo com a inclusão desses valores, o governo segue em uma trajetória consistente de ajuste fiscal nos últimos anos.

Haddad também comentou projeções recentes do Tesouro Nacional que apontam uma piora na trajetória da dívida pública, chegando a 95,4% do **PIB** em dez anos, culpando os juros altos:

-Hoje, o que está afetando a dívida pública é mais o juro real do que propriamente o resultado primário. O resultado primário está consistentemente sendo cumprido, e nós vamos continuar nessa toada.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Por que falham as reformas administrativas? (Artigo)

Ricardo de Oliveira

Ricardo de Oliveira, engenheiro de produção, foi secretário estadual de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo secretário estadual de Saúde do ES de 2015 a 2018. É Membro do comitê de filantropia da UMANE.

A reforma administrativa enfrenta obstáculos claros à sua aprovação e implementação. Destaque-se, entre as várias razões, a capacidade gerencial e técnica limitada para executar as mudanças, a descontinuidade após transições de governo, a baixa mobilização social, o apoio parlamentar insuficiente e, sobretudo, a ausência de liderança do Poder Executivo na condução do processo.

A disputa permanente pelos orçamentos públicos e pela orientação das políticas públicas, permeada por interesses políticos, econômicos e corporativos de toda ordem, é o que dificulta a superação de tais desafios, ao priorizar interesses particulares em detrimento do coletivo.

Neste ambiente, torna-se árdua a tarefa de delinear um acordo político para identificar o conjunto de atores com poder de veto e os interesses que cada um deles mobiliza, bem como formular uma estratégia capaz de articular forças sociais e institucionais em torno da melhoria da prestação dos serviços públicos.

Fazer prevalecer o interesse público - neste caso, reformar a administração para torná-la mais eficiente, eficaz e efetiva - exige uma liderança política firme, especialmente do Poder Executivo. Este, contudo, não tem demonstrado interesse em liderar um acordo político que a viabilize. Em um caminho contrário, optou por promover mudanças na gestão, dentro das suas competências, envolvendo o mínimo possível o Poder Legislativo. A estratégia, embora tenha conseguido implementar algumas melhorias, se revela insuficiente, como ficou evidenciado pela falta de prioridade dada aos projetos de lei sobre o tema enviados pelo Executivo ao Parlamento. Recorde-se, que a última vez que o Poder Executivo assumiu tal liderança foi na chamada reforma Bresser, há quase 30 anos. Essa omissão tem sido um importante entrave ao avanço do debate sobre a reforma administrativa na sociedade.

A ausência de protagonismo, reiterada por sucessivos governos de diferentes orientações ideológicas, evidencia, assim, a falta de apoio político para alterar as dinâmicas de disputa por recursos e por influência dentro do Estado, organizadas pelas regras do sistema político-eleitoral (tema da **reforma política**), e aquelas necessárias para dar qualidade e eficiência à prestação dos serviços públicos, estabelecidas pelas regras de gestão e controle (tema da reforma administrativa).

De fato, tanto a **reforma política** quanto a reforma administrativa incidem diretamente sobre o desempenho da gestão pública, seja ao moldar o processo decisório, seja ao influenciar a capacidade de implementação das políticas públicas.

A reforma administrativa em tramitação, contudo, abrange apenas parte do problema, ao ignorar, por exemplo, a revisão das regras de controle.

A profissionalização do serviço público, a centralidade dos resultados em detrimento dos processos, a avaliação de desempenho, a ampliação da transparéncia, o fortalecimento da participação social e o combate ao nepotismo, ao patrimonialismo, ao clientelismo e ao corporativismo deveriam constituir o núcleo de qualquer reforma administrativa substantiva.

O projeto atual não contempla integralmente essas diretrizes, mas muitas das propostas apresentadas, se efetivamente implementadas, podem confrontar práticas tradicionais que frequentemente atendem a interesses particulares. Entende-se, assim a resistência à sua aprovação.

A movimentação política dos grupos contrários às mudanças propostas já é visível e, como de costume, capitaneada por organizações de **servidores públicos**. No entanto, outros atores, que se beneficiam de práticas como patrimonialismo e clientelismo, tendem a se beneficiar com tal mobilização e sem se exporem publicamente. Sabe-se que a persistência dessas práticas ao longo de décadas demonstra uma funcionalidade para amplos interesses políticos.

Dada essa visibilidade parcial dos interesses em disputa, a população frequentemente interpreta a reforma como iniciativa voltada apenas para disciplinar

carreiras e benefícios dos **servidores públicos**, o que alimenta diagnósticos simplistas sobre as restrições enfrentadas pela gestão pública. Tal percepção obscurece a compreensão do entrelaçamento entre **reforma política** e reforma administrativa e impede a identificação completa dos atores e seus verdadeiros interesses que buscam bloquear mudanças. Ressalte-se, por exemplo, que o movimento dos servidores não defende o clientelismo.

Assim, fazer avançar a reforma é tarefa mais complexa do que supõe o senso comum. Exige reconhecer que o processo envolve todos os poderes e níveis federativos, além de instituições como Tribunais de Contas, Ministérios Públicos, carreiras dos servidores e grupos privados que mantêm relações estreitas com o setor público. Por isso, para que o interesse público prevaleça, são indispensáveis um debate transparente, liderança firme do Poder Executivo e mobilização consistente da sociedade civil.

É evidente, contudo, que nenhum conjunto de medidas resolverá de imediato os desafios políticos e técnicos que limitam a capacidade do Estado a produzir resultados. A complexidade do tema e a multiplicidade de interesses envolvidos impõem que a reforma administrativa seja concebida como um processo contínuo, com visão estratégica e de longo prazo, e ajustado às demandas da sociedade e às transformações culturais, políticas e tecnológicas.

Assim, deve-se privilegiar propostas com potencial de gerar avanços graduais e contínuos, a partir da sua implantação, como a gestão orientada a resultados, a garantia de continuidade administrativa e o fortalecimento do envolvimento do Parlamento e da sociedade civil no debate.

O desafio é grande, mas está longe de ser intransponível. O país já provou que, quando há estratégia, liderança e coalizões bem articuladas, até reformas tidas como "impossíveis" - como a previdenciária e a tributária - saem do papel. Falta-nos agora a mesma determinação para enfrentar a reforma administrativa.

Sem ela, continuaremos com as limitações que impõem um custo alto para a administração pública, reduzem a quantidade de serviços entregues à população, retardam o processo decisório, dificultam o combate às desigualdades, criam insegurança jurídica para o gestor e aumentam o prazo de execução dos serviços demandados pela população. Com ela, abrimos caminho para um governo mais eficiente e mais justo, qualificando o gasto público.

Projeto de lei da reforma tributária tem 10 vetos

Giordanna Neves, Beatriz Olivon e Ruan Amorim

O Projeto de Lei Complementar 108, última etapa da regulamentação da **Reforma Tributária**, foi sancionado nesta terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram vetados dez pontos, três direcionados a Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs). Também foi vetado o trecho que estabelecia um momento específico para a ocorrência do fato gerador do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Com o veto, os municípios seguem livres para definir o momento.

O assessor especial da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, João Nobre, explicou, em relação ao veto referente às SAFs, que o Legislativo havia reduzido a alíquota aplicável às Sociedades Anônimas do Futebol. No entanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) veda a criação de novos benefícios tributários sem a devida compensação.

O Congresso havia reduzido a carga das SAFs para 5% ao cortar os **tributos** não afetados pela reforma de 4% para 3%. O veto derrubou essa redução, fazendo a alíquota total subir para 6% com a volta dos 4%, somados a 1% de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e 1% de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Foram, no total, três os vetos às SAFs: além da redução das alíquotas de **tributos** federais, foi derrubada a exclusão, nos cinco primeiros anos de constituição das SAFs, dos valores relativos aos direitos de jogadores da base de cálculo da tributação. Houve ainda a equiparação das atividades esportivas previstas na Constituição ao regime específico das SAFs, com redução de alíquotas.

Outro dispositivo vetado estabelecia um momento específico para a ocorrência do fato gerador do ITBI, momento a partir do qual o tributo pode ser cobrado. O veto atendeu a um pleito da Frente Nacional de Prefeitos. Atualmente há divergência entre os municípios sobre esse marco. A avaliação foi de que fixar uma regra única em lei complementar poderia engessar a administração tributária municipal diante dessas diferenças.

Também foi vetado um dispositivo que permitia que o cashback fosse realizado em um momento diferente da cobrança quando a operação de fornecimento de

gás canalizado fosse tributada de forma monofásica. A equipe econômica entendeu que a regra poderia gerar incompatibilidades em relação a outras formas de cashback na modalidade de desconto.

Foi vetado ainda um trecho que fixava, em lei complementar federal, a competência das legislações estaduais, distrital e municipais referente à atividade de cobrança administrativa. O entendimento é de que a norma acabava por "congelar" essas competências, o que viola o pacto federativo ao delimitar a autonomia legislativa dos entes subnacionais.

Ainda houve vetos em: dispositivos que deixavam pontos de fidelidade emitidos de forma não onerosa fora da base de cálculo da CBS e do IBS (em casos de compensação por atraso de voo por exemplo, ou promoção); trecho que atribuía exclusivamente ao Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) a competência para regulamentar o incidente de verificação; e artigo que incluía um novo conceito de simulação tributária. Nesse caso a preocupação foi evitar a coexistência de dois conceitos distintos de simulação no ordenamento jurídico, o que poderia gerar insegurança jurídica para os contribuintes.

Por fim, o governo vetou a alteração que trata da cesta básica expandida, sujeita à redução de 60% das alíquotas. O dispositivo incluía alimentos líquidos naturais compostos por vegetais, frutas e similares. A redação considerada excessivamente genérica gerou preocupação de que a regra abrangesse produtos além da intenção original do legislador, ampliando indevidamente o benefício tributário.

Em entrevista coletiva sobre o PLP, realizada após a cerimônia de sanção e lançamento da Plataforma Digital da **Reforma Tributária**, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que "a **reforma tributária** é o instrumento mais moderno que essa equipe encontrou de projetar estabilidade fiscal para o médio e longo prazo". Durigan disse ainda que o projeto de lei que vai estabelecer as alíquotas do Imposto Seletivo será enviado ao Congresso em fevereiro.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260114/>

OMS pede a países mais impostos sobre álcool e bebidas açucaradas

Reuters, de Genebra

Bebidas açucaradas e álcool não estão sendo tributados o suficiente e continuam acessíveis, dificultando o combate aos problemas crônicos de saúde causados por essas bebidas, afirmam dois relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicados nesta terça-feira, 13.

A OMS tem defendido diversas vezes nos últimos anos o aumento dos **impostos** sobre o álcool e bebidas açucaradas, argumentando que isso ajudaria a reduzir o consumo desses produtos, que contribuem para doenças como o diabetes, além de arrecadar fundos em um momento em que a ajuda ao desenvolvimento está diminuindo e a dívida pública está aumentando.

Segundo um relatório da OMS, as bebidas açucaradas se tornaram mais acessíveis em 62 países em 2024, em comparação com 2022. Em outro relatório, a organização afirmou que a cerveja se tornou mais acessível em 56 países durante o mesmo período.

"**Impostos** sobre saúde não são uma solução mágica e não são simples. Podem ser impopulares politicamente e atraem a oposição de indústrias poderosas com muitos recursos financeiros e muito a perder, mas muitos países demonstraram que, quando implementados corretamente, são uma ferramenta poderosa para a saúde", afirmou o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus.

No ano passado, a agência de saúde lançou a iniciativa "3 por 35" para incentivar os países a aumentarem os preços de bebidas açucaradas, álcool e tabaco em 50% nos próximos dez anos por meio de **impostos**.

A OMS espera que a iniciativa arrecade US\$ 1 trilhão até 2035, com base em evidências de **impostos** sobre saúde em países como Colômbia e África do Sul.

Fabricantes de refrigerantes como Coca-Cola e PepsiCo e a Mondelez, fabricante dos biscoitos Oreo, têm sido alvo de críticas do secretário de Saúde dos EUA, Robert F. Kennedy Jr., que impulsionou a agenda "Make America Healthy Again" (tornar a América saudável novamente, alusão ao slogan do presidente Trump e do movimento Maga, nos Estados Unidos, Make America Great Again), recomendando que os consumidores evitem alimentos ultraprocessados consumam mais proteínas e menos açúcar para alcançar uma dieta saudável.

A **reforma tributária** aprovada e promulgada em 2023 no Brasil criou o Imposto Seletivo (IS), também conhecido como "imposto do pecado" que incide sobre produtos potencialmente nocivos à saúde, como álcool e bebidas açucaradas. Esse imposto é adicional ao novo sistema de **tributos** sobre consumo (IBS e CBS) e tem o objetivo desestimular o consumo desses produtos,

como propõe a OMS. A alíquota exata do IS ainda não foi definida e depende de regulamentação e deve ser aplicada até o ano que vem.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260114/>

Plataforma do governo vai permitir consulta ao cashback da reforma tributária; entenda

Por Mariana Assis, g1 - Brasília

O governo federal lançou nesta terça-feira (13) a plataforma digital da **reforma tributária**, que vai permitir a contribuintes e empresas acompanhar, simular e testar as novas regras do sistema de **impostos** sobre o consumo. Entre as funcionalidades está a possibilidade de consultar e simular o chamado cashback - mecanismo que prevê a devolução de parte dos **tributos** pagos por famílias de baixa renda.

O sistema, ainda não completamente em operação, poderá ser acessado pelo portal gov.br e faz parte da estratégia de transição para o novo modelo tributário, que começa a valer efetivamente em 2027.

Comitê gestor do IBS

O lançamento ocorre após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionar, com vetos, a lei que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O novo imposto vai substituir **tributos** estaduais e municipais, como ICMS e ISS.

O comitê será responsável por administrar, fiscalizar e coordenar a operacionalização do IBS. Segundo o governo, União, estados e municípios atuarão de forma integrada na gestão do imposto.

Plataforma em fase de testes

A plataforma foi lançada oficialmente nesta semana e funcionará, ao longo de 2026, como um ambiente de testes e simulações. Nesse período, não haverá cobrança efetiva dos novos **tributos**.

Por meio do sistema, será possível:

simular o pagamento de **tributos**;

simular pedidos de resarcimento;

acompanhar, em tempo real, valores a pagar e créditos a receber;

simular o funcionamento do cashback, para quem tiver direito.

A simulação cobre todo o processo: desde a emissão do documento fiscal, com uso de um software da

Receita Federal, até o cálculo do imposto.

Quem pode usar

Neste primeiro momento, a plataforma é voltada principalmente a empresas, contribuintes com CNPJ e profissionais da área contábil que emitem nota fiscal. O acesso é feito pelo gov.br.

Pessoas físicas também poderão se cadastrar para consultar notas fiscais emitidas em seus CPFs, o que será relevante para o acompanhamento futuro do cashback.

Segundo a **Receita Federal**, o sistema já está em operação.

"A plataforma está disponível a partir de hoje. Ela está funcional e já está processando os dados dos documentos fiscais recebidos na última semana. Este é um ano de testes, sem efeito tributário", afirmou o subsecretário de Gestão Corporativa da Receita, Juliano Neves.

Dois novos **impostos**

A **reforma tributária** cria dois **impostos** que substituem cinco **tributos** atuais:

CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) - de competência federal;

IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) - de competência estadual e municipal.

Além disso, a reforma institui o Imposto Seletivo, que incide sobre produtos e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Como vai funcionar o cashback

O cashback prevê a devolução de parte dos **impostos** pagos por famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). O benefício entra em vigor em janeiro de 2027.

Há dois formatos previstos:

Cashback desconto

Aplicado diretamente em contas de serviços essenciais, como água, gás encanado e energia elétrica. Nesse caso, o desconto já vem embutido na fatura.

"Não é exatamente uma devolução. O imposto é calculado, mas o valor correspondente ao cashback é abatido automaticamente", explica Rodrigo Orair, assessor da Secretaria Executiva da **Reforma Tributária**.

Cashback devolução

Nesse modelo, a família se identifica pelo CPF na compra - por exemplo, em supermercados ou farmácias - e recebe posteriormente a devolução de parte do imposto pago.

Segundo a lei, a devolução mínima será de 20% do valor da CBS paga, percentual que pode ser ampliado por decisão do governo. O crédito será feito em conta na Caixa Econômica Federal.

Transição longa

A **reforma tributária** começa a funcionar de forma plena em 2027, mas a transição do sistema antigo para o novo deve durar cinco anos, até 2032.

De acordo com o Serpro, responsável pelo desenvolvimento da plataforma, a expectativa é que o sistema monitore cerca de 500 bilhões de eventos fiscais e financeiros já no primeiro ano de operação, em 2027.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/01/14/plataforma-do-governo-vai-permitir-consulta-ao-cashback-da-reforma-tributaria-entenda.ghtml>

Demora do FGC já faz CDB do banco render menos de 100% do CDI

LUÍZA LANZA E-INVESTIDOR

Quem comprou Certificados de Depósito Bancário (CDBs) do Banco Master foi atraído principalmente por dois motivos: a alta rentabilidade oferecida por esses títulos e a proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Até investidores mais informados se apoiaram na garantia do resarcimento para justificar os aportes de até R\$ 250 mil, um argumento muito utilizado na hora de investir na renda fixa.

Investe e garante a taxa, que, no pior dos casos, o FGC paga.

Mas a demora de quase dois meses para o pagamento de investidores que tinham CDBs do Master mostra que isso não é bem verdade.

A instituição foi liquidada pelo Banco Central em 18 de novembro.

Como o FGC só paga os rendimentos devidos até a data da liquidação, os valores aplicados nos CDBs estão parados desde então. Sem qualquer correção há dois meses, os papéis estão perdendo para aplicações conservadoras e até mesmo para a **inflação**. Nesse período, o CDI acumulado foi de 2,3%, enquanto o IPCA avançou 0,5%.

No auge da distribuição de seus títulos, o Master chegou a oferecer 140% do CDI em CDBs pós-fixados. Quem garantiu essa rentabilidade, ainda não está "no prejuízo", mesmo com os valores parados após a liquidação.

Mas quem comprou os CDBs a 120% do CDI - retorno ainda alto e que quase não se encontra hoje no mercado - está perdendo dinheiro.

Simulação feita por Carlos Castro, planejador financeiro CFP pela Planejar, mostra que aquele CDB de 120% do CDI se transformou em 99,6% do CDI. Um investidor que investiu R\$ 1 mil no produto teria R\$ 1.142,8 hoje, sem o rendimento dos últimos dois meses. Menos do que quem investiu em CDBs de bancos grandes, que pagam entre 100% e 105% do CDI com muito menos risco.

Com a Selic em 15% ao ano oferecendo mais de 1% de retorno ao mês nas aplicações como o Tesouro

Selic, o custo de oportunidade de ficar com os valores parados, à espera do FGC, é alto.

"Custo da oportunidade é a perda da rentabilidade por não poder reinvestir esse dinheiro em ativos que vão render mais ao longo do tempo, como um Tesouro Selic, enquanto os investidores aguardam o pagamento pelo FGC", diz Castro.

Quanto maior a demora do resarcimento, maior essa desvantagem.

O FGC ainda não iniciou o pagamento dos credores, mas há uma expectativa de que isso ocorra nas próximas semanas. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em carta, dirigentes de BCs dão apoio a Powell

I NYT e AP, COM ALINE BRONZATI/NOVA YORK

Diretores de bancos centrais de todo o mundo divulgaram carta de apoio ao presidente do Fed (o banco central dos EUA), Jerome Powell, alvo de Donald Trump e também do Departamento de Justiça, que instaurou uma investigação criminal para apurar irregularidades na obra da sede da entidade, em Washington.

O documento tem a assinatura de Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, que define as taxas de juros para os 21 países da zona do euro; Andrew Bailey, presidente do Banco da Inglaterra; Tiff Macklem, presidente do Banco do Canadá; Chang Yong Rhee, presidente do Banco da Coreia do Sul; e Gabriel Galípolo, presidente do BC brasileiro.

"A independência dos bancos centrais é um pilar fundamental da estabilidade de preços, financeira e econômica, no interesse dos cidadãos que servimos", diz o documento.

A investigação que mira Powell, divulgada no domingo passado, ocorreu após meses de pressão implacável do presidente Trump e de outras autoridades para que o banco central reduzisse agressivamente as taxas de juros. A obra do Fed está orçada em US\$ 2,5 bilhões (por volta de R\$ 13,5 bilhões).

No domingo, Powell disse que a investigação era um "pretexto" dentro da campanha do presidente para tomar o controle da política de taxas de juros dos EUA. O mandato de Powell vai até maio e ele já avisou que não vai renunciar.

A carta de apoio a Powell é algo relativamente raro. Em geral, dirigentes de BCs evitam qualquer assunto considerado político, em parte para reforçar sua própria independência, e raramente comentam questões de outros países. No entanto, o funcionamento independente do Fed tem implicações para outros bancos centrais em razão do papel global do dólar americano.

"Não é do interesse de ninguém que haja instabilidade nos EUA", disse Jonathan Haskel, professor de Economia da Imperial College Business School e ex-membro do comitê de definição de taxas do Banco da Inglaterra.

NOVAS CRÍTICAS. Ontem, Trump voltou a atacar o chefe da autoridade monetária americana.

"Powell é idiota, incompetente ou desonesto, mas certamente ele não faz um bom trabalho", disse antes de embarcar para uma viagem a Michigan.

Para o republicano, os números da inflação divulgados ontem reforçam a necessidade do corte expressivo na taxa de juros - hoje entre 3,5% e 3,75%.

O núcleo do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA, que exclui itens voláteis como alimentos e energia, subiu 0,3% em dezembro em base ajustada sazonalmente, e 2,7% na comparação anual, informou ontem o Departamento do Trabalho. A meta do Fed é de 2% (mais informações na pág. B7).

"Quero alguém no Fed que reduza os juros quando o mercado estiver caminhando bem", disse Trump ontem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação do país registra alta de 0,3% em novembro

O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA subiu 0,3% em dezembro em base ajustada sazonalmente, e 2,7% na comparação anual, informou ontem o Departamento do Trabalho. Ambos vieram praticamente em linha com a expectativa de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, de altas de 0,3% e 2,6%, respectivamente.

Por sua vez, o núcleo do CPI, que exclui os preços voláteis de energia e alimentos, avançou 0,2% em dezembro e 2,7% em 12 meses. Nesse caso, a variação mensal ficou abaixo do que o mercado previa (0,35%).

"A recente sequência de números sugere que a inflação atingiu seu pico", escreveu Michael Pearce, economista-chefe para os EUA da Oxford Economics, em uma nota aos clientes.

Os preços dos alimentos, os mais resilientes, subiram 0,7% em novembro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inteligência artificial e o PIB - ALEXANDRE CHIAVEGATTO FILHO

ALEXANDRE CHIAVEGATTO FILHO

Alexandre Chiavegatto Filho PROFESSOR LIVRE DOCENTE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

Um mistério tem inquietado muitos de nós, economistas, nos últimos tempos: por que o **PIB** tem aumentado consistentemente acima das expectativas em vários países do mundo, incluindo os EUA e o Brasil?

Muitos economistas que estudam inovação e produtividade, como Erik Brynjolfsson, da Universidade Stanford, têm apontado para um possível primeiro impacto da inteligência artificial (IA) no aumento da produtividade e, consequentemente, do **PIB** dos países.

Quando a produtividade sobe e as horas trabalhadas não acompanham, é possível crescer sem pressionar tanto a **inflação** e os salários, o que é exatamente o tipo de combinação que desafia as previsões macroeconômicas.

Tudo indica que a adoção de IA tem ocorrido em duas etapas. Na primeira, as empresas tentam automatizar o que já faziam antes. Isso reduz tempo gasto em tarefas repetitivas e corta custos, mas não garante crescimento sustentado.

O pulo do gato vem na etapa seguinte, quando essa eficiência inicial se torna estratégia de expansão, com processos mais simples e baratos. Nessa fase, as empresas conseguem reduzir preços, aumentar a oferta e chegar a mais consumidores.

É aqui que o chamado Paradoxo de Jevons entra em cena.

Quando a IA reduz o custo de produção, a demanda total pode aumentar em vez de cair.

Mas, ao baratear e simplificar, o bem ou serviço se torna acessível a novos consumidores e abre mercados que antes não existiam. A demanda agregada pode aumentar justamente porque o bem ou o serviço ficou mais acessível.

Se essa leitura estiver correta, parte do **PIB** acima do

esperado pode ser menos mistério e mais miopia estatística. Os modelos macroeconômicos ainda estão calibrados para um mundo em que produzir mais envolvia, quase sempre, trabalhar mais horas ou contratar mais gente.

O que isso significa para os próximos anos ainda não está claro, mas algumas implicações vão começar a aparecer. Os bancos centrais podem estar superestimando o risco inflacionário se não captarem que parte do crescimento vem de ganhos reais de produtividade. As métricas tradicionais de mercado de trabalho podem estar perdendo poder preditivo. E estamos possivelmente no início de uma transição que pode se assemelhar a ondas tecnológicas anteriores, como a dos computadores.

Ainda não sabemos se estamos vendo uma transformação profunda ou um efeito com prazo marcado. Pode ser cedo demais para cravar uma nova era, mas já é tarde demais para tratar esse mistério como coincidência. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com Mercosul-Efta, Noruega quer ampliar investimento no Brasil

Paula Martini

Após atingir US\$ 14 bilhões em investimentos diretos no Brasil, a Noruega espera novas oportunidades de negócios com a assinatura do acordo entre o Mercosul e o Efta, bloco formado por Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein, no fim do ano passado. O estoque investido pelo país europeu em território nacional avançou cerca de 200% em uma década.

Os números, referentes ao ano de 2024, constam no documento "Noruega no Brasil: relatório de investimentos e comércio 2025", divulgado nessa terça-feira (13), no Rio. Os US\$ 14 bilhões representam o maior volume da série histórica iniciada em 2015. Com isso, a Noruega se consolidou como o 12 maior investidor estrangeiro no país. Os Estados Unidos lideram o ranking, com US\$ 244,7 bilhões diretamente investidos em 2024.

"O Brasil é hoje um dos principais destinos das empresas norueguesas no mundo, atrás apenas da Europa e dos Estados Unidos", afirmou a cônsul-geral da Noruega, Mette Tangen, na apresentação dos resultados.

Cerca de 300 empresas norueguesas são consideradas ativas no mercado brasileiro. Entre elas, estão companhias tradicionais como a Equinor, de energia; a mineradora Hydro; a Yara, de fertilizantes; e Kongsberg Maritime e Subsea7, do setor marítimo.

As companhias ligadas aos setores de energia, transporte marítimo, indústria e logística offshore continuam sendo aquelas com maior presença no país. São, pelo menos, 80 empresas norueguesas que atuam no setor offshore e 60 na indústria marítima.

A Noruega espera conquistar novas frentes de negócios após a assinatura do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e o Efta, em setembro do ano passado.

"Com o acordo entre Efta e Mercosul, a parceria é reforçada ao reduzir incerteza e melhorar acesso aos mercados", observou a cônsul na apresentação. Tangen dá como certa a ratificação do tratado pela Noruega ainda neste ano, uma vez que no país a conclusão do processo depende apenas de etapas técnicas que envolvem, por exemplo, a tradução do

documento.

"Com o acordo, a parceria é reforçada ao reduzir incerteza e melhorar acesso aos mercados", disse a cônsul. "Na Noruega será ratificado neste ano e, do lado brasileiro, esperamos que aconteça antes das eleições", continuou.

As empresas norueguesas contribuem com quase 120 mil empregos no Brasil, sendo 34 mil diretos e 84 mil indiretos. Juntas, as empresas do país nórdico têm uma contribuição estimada em US\$ 5,1 bilhões ao PIB brasileiro.

A diplomata enfatizou que a relação com o Brasil é de longo prazo, ao citar que parcerias econômicas estáveis "fazem a diferença" no atual contexto geopolítico global. "O comércio internacional está passando por mudanças rápidas,

com mais incertezas geopolíticas e pressão sobre cadeias globais. Em um comércio global mais fragmentado, confiança e previsibilidade se tornam ativos estratégicos para os países", disse.

Questionada se o cenário conturbado na América Latina após a intervenção dos EUA na Venezuela pode impactar as decisões de investimentos no Brasil, ela minimizou: "Por enquanto não há nenhuma preocupação das empresas de que a situação tenha impacto no Brasil. Mas, claro, elas estão monitorando no mundo inteiro".

O documento também destaca o crescimento dos investimentos noruegueses em energia renovável no Brasil. Desde 2023, US\$ 1,8 bilhão foi aplicado em projetos de energia solar, eólica, bioenergia, hidrogênio e soluções industriais de baixo carbono. "A transição energética é um eixo central da relação Noruega-Brasil. O Brasil está se tornando o mercado principal fora da Noruega [nessa área]", afirmou a cônsul-geral.

Tangen também vê oportunidades para o Brasil atrair mais capital norueguês com a revisão de políticas de incentivo à transição energética nos Estados Unidos. "O Brasil tem oportunidade de ganhar nesse cenário, desde que ofereça condições", notou.

Entre as principais frentes no país, está o complexo

eólico Ventos de Santa Eugênia, da Statkraft, na Bahia, inaugurado em 2024, e considerado o maior projeto eólico da empresa fora da Europa. Também são citadas as usinas solares e eólicas da Hydro Rein, conectadas ao Sistema Interligado Nacional. A produção de amônia renovável da Yara, em Cubatão (SP), por sua vez,

reduz as emissões em até 75% por tonelada produzida com uso de biometano, destaca a Noruega.

O país também divulgou dados da balança comercial bilateral. Em 2024, as exportações norueguesas para o Brasil totalizaram US\$ 2,1 bilhões, enquanto as importações alcançaram US\$ 2,4 bilhões. O setor marítimo (US\$ 642 milhões) e de fornecimento offshore

(US\$ 287 milhões) representaram as principais exportações para o Brasil. Os pescados, com destaque para o bacalhau, somaram US\$ 102 milhões em 2024.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260114/>

Após 9 altas seguidas, setor de serviços cai 0,1% em novembro

Lucianne Carneiro e Marta Watanabe

Após nove altas mensais consecutivas, o volume de serviços prestados no país ficou praticamente estável em novembro, com queda de 0,1% ante o mês anterior, com ajuste sazonal. O nível de serviços, porém, está em patamar elevado, após recorde da série histórica em outubro, o que mantém o setor no radar do Banco Central, apontam economistas. Alguns ramos, como o de serviços prestados às famílias, podem indicar desaceleração da economia, mas dentro do esperado e de forma gradual, apontam.

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada pelo IBGE nesta terça-feira, 13, revisa o resultado de outubro de alta de 0,3% para 0,4%. A retração de 0,1% em novembro ficou abaixo da mediana das estimativas de 16 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, de alta de 0,1%. Na comparação com novembro de 2024, o indicador subiu 2,5%.

Mesmo com a queda na variação mensal em novembro, diz o economista Lívio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), é necessário ter em mente que o setor de serviços continua com desempenho "bastante robusto".

"No acumulado do trimestre ainda se tem expansão importante frente ao trimestre anterior, e nada sugere uma reversão abrupta do cenário no futuro próximo. Ainda que abaixo do esperado, o resultado dos serviços em novembro não modifica a nossa avaliação da atividade ao final de 2025 nem sugere mudanças mais profundas no início de 2026", avalia Ribeiro. Pelo IBGE, houve alta de 0,3% no volume de serviços prestados, considerando a média móvel trimestral em novembro.

Por segmento, houve desempenho misto dentro da PMS de novembro, ante outubro, com ajuste sazonal. Os dois segmentos no campo negativo foram transportes (-1,4%) e informação e comunicação (-0,7%). Houve altas em profissionais e administrativos (1,3%) e outros serviços (0,5%). Os serviços prestados às famílias ficaram estáveis no mês.

"A PMS em 2025 foi praticamente uma linha crescente", diz Heliezer Jacob, economista do C6

Bank. "O que explica um pouco o número mais fraco em novembro foram os serviços prestados às famílias, que na variação mensal têm andado de lado, mas na comparação com igual mês de 2024 caiu 1%, o que talvez seja o início de uma perda de fôlego." Ele lembra que esse tipo de serviço tem consonância com o setor de serviços como componente do **PIB**. O comportamento, porém, diz, vem dentro do esperado e não muda a perspectiva para o quarto trimestre do **PIB**.

"A desaceleração da atividade como um todo já estava dentro do nosso radar, embora seja muito difícil acertar o timing exato disso", diz Jacob. O banco espera **PIB** com crescimento "perto de zero" no quarto trimestre de 2025 ante os três meses anteriores, com ajuste sazonal. Para 2025, a projeção é de alta de 2,3%.

Os serviços prestados às famílias, diz Stéfano Pacini, pesquisador do FGV Ibre, já foi o segmento mais resiliente do setor de serviços. "É um segmento que está muito relacionado à confiança do consumidor e teve mais dificuldade em 2025, como reflexo da dificuldade financeira das famílias e da taxa de juros alta."

Luis Otávio Leal, economista-chefe do G5 Partners, chama a atenção que, dentro do grupo de "serviços prestados às famílias", os chamados "outros serviços prestados às famílias" tiveram a segunda queda mensal em sequência, com perda acumulada de 4,2%.

Esse serviços, explica, englobam segmentos bastante supérfluos, como atividades culturais e de recreação e lazer, atividades esportivas e serviços pessoais e de educação não continuada. Em um contexto de restrição orçamentária, os serviços supérfluos seriam, supostamente, os primeiros a serem reduzidos pelas famílias brasileiras, avalia. Isso, diz, pode ser mais um indicativo de processo de desaceleração da economia brasileira, mas não altera a percepção de que isso acontecerá de maneira "gradual e ordenada".

Rodrigo Lobo, gerente do IBGE, diz que o resultado da PMS em novembro não indica mudança de trajetória do setor de serviços. Para ele, o resultado reflete certa manutenção do setor em patamares elevados, já que no mês anterior serviços haviam alcançado o topo da

série histórica iniciada em janeiro de 2011.

Mesmo com o comportamento heterogêneo entre os segmentos da PMS em novembro, diz Pacini, do FGV Ibre, o setor de serviços como um todo deve ter crescimento relativamente forte em 2025. Ele lembra que no acumulado até novembro, segundo indica o IBGE, há alta de 2,7% antes igual período de 2024. "É um crescimento bom, e é preciso lembrar que há anos o setor de serviços está crescendo e ainda está aquecido, o que faz o Banco Central olhar com atenção para a taxa de juros, porque a demanda ainda forte na atividade pode significar uma pressão inflacionária mais à frente."

Segundo dados do IBGE, o volume de serviços prestados no país está 20% acima do patamar pré-pandemia. É o melhor desempenho entre os três principais indicadores conjunturais - serviços, comércio e indústria. A diferença de patamar ante fevereiro de 2020 - marco da pré-pandemia - é de 9,6% no comércio e de 2,4% na indústria.

Para Gustavo Rostelato, economista da Armor Capital, os segmentos em queda na PMS de novembro devolveram parte dos ganhos observados em meses anteriores. "Ainda assim, apesar do resultado abaixo do esperado, o dado parece refletir mais uma normalização após um período de crescimento mais intenso do que, propriamente, um sinal contundente de fraqueza da atividade no setor."

Informação e comunicação e transportes, que tiveram queda na variação mensal em novembro, diz Pacini, do FGV Ibre, são atividades que atuaram como carros-chefes do setor de serviços em 2025.

A informação e comunicação, diz, é um setor que está quase sempre com margem de crescimento, em razão das mudanças que foram trazidas pela pandemia, com a necessidade de buscar mais serviços de tecnologia. "A queda em novembro não é uma virada de chave, e sim mais um resultado de compensação."

Já o desempenho do setor de transportes, diz Pacini, está mais relacionado à conjuntura do momento. O ramo de transportes aéreos, lembra, foi muito bem em 2025. "O preço das passagens caiu bastante, o que tem a ver também com o preço do petróleo, uma conjuntura internacional, algo exógeno. No transporte terrestre houve a influência da safra agrícola."

Por esses fatores, diz, os segmentos de comunicação e informação e transportes devolvem "um pouquinho" do que cresceram no decorrer de 2025. "E quem puxou para cima foram serviços profissionais, que estão muito relacionados ao mercado de trabalho. Ainda temos mercado de trabalho aquecido, com a

taxa de emprego muito baixa."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260114/>

Banco Mundial vê alta menor para PIB do Brasil

Mariana Andrade Fonte: Banco Mundial

O Banco Mundial revisou para baixo a sua projeção para a taxa de crescimento da economia brasileira em 2026, com a estimativa passando de 2,2% para 2%. A previsão para 2027 é de expansão ligeiramente maior da atividade econômica do Brasil, com alta de 2,3%, conforme nova edição do relatório Perspectivas Econômicas Globais divulgada nesta terça-feira (13).

O crescimento menor do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro previsto para este ano, segundo o órgão internacional, reflete as taxas de juros reais (descontadas da **inflação**) do país, os "ventos contrários" relacionados ao comércio e a maior incerteza global.

A estimativa do Ministério da Fazenda é um pouco mais otimista para 2026. A pasta projeta aumento de 2,4% do **PIB** em 2026, segundo o Boletim Macrofiscal de novembro.

No contexto regional, o Banco Mundial projeta que o **PIB** da América Latina e Caribe crescerá 2,3% em 2026 e 2,6% em 2027, com a recuperação dos fluxos comerciais e a melhora da demanda doméstica.

Já o crescimento global deve permanecer estável nos próximos dois anos, variando entre 2,6% e 2,7%, apesar das "tensões comerciais persistentes". O órgão estima que o crescimento da economia mundial tenha sido de 2,7% em 2025, ficando em 2,6% neste ano e 2,7% no ano que vem.

Segundo o Banco Mundial, a expansão da economia global nos próximos dois anos está relacionada ao dinamismo da economia dos Estados Unidos.

No entanto, mesmo que as projeções se concretizem, a década de 2020 deverá ser a "mais fraca" em termos de crescimento global desde a década de 1960, diz o órgão.

"A cada ano que passa, a economia global vem se mostrando menos capaz de gerar crescimento e, aparentemente, mais resiliente às incertezas em relação às políticas", destaca Indermit Gill, economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial.

No caso das economias em desenvolvimento, a estimativa é de que o crescimento desacelere para 4% em 2026 - após registrar alta de 4,2% em 2025 - e volte a subir levemente para 4,1% em 2027. Entram nesse grupo economias de renda baixa e média. O Banco Mundial diz que a expansão da economia será mais elevada especificamente nos países de baixa renda, com alta média anual de 5,6% em 2026 e 2027.

"Com a dívida pública das economias emergentes e em desenvolvimento no patamar mais alto em mais de meio século, a restauração da credibilidade fiscal passa a ser prioridade urgente", diz M. Ayhan Kose, economista-chefe-adjunto e diretor do Banco Mundial.

"Regras fiscais bem elaboradas podem ajudar os governos a estabilizar a dívida, recompor a margem de manobra de suas políticas públicas e responder de forma mais eficaz aos choques. Mas regras, por si só, não são suficientes: credibilidade, cumprimento e compromisso político são, em última instância, os fatores que definem se as regras fiscais vão gerar estabilidade e crescimento."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260114/>

Crescimento global deve se manter estável, apesar de incertezas, diz Banco Mundial

Lucas de Vitta De São Paulo

A economia global deve se manter estável neste ano e no próximo, com crescimento previsto de 2,6% em 2026 e 2,7% em 2027, apesar das persistentes incertezas políticas e tensões comerciais no cenário internacional. As previsões constam em um relatório divulgado ontem pelo Banco Mundial.

Na nova edição do "Perspectivas Econômicas Globais", o Banco Mundial elevou a previsão de expansão da economia global em 0,2 ponto percentual. Para o próximo ano, a estimativa foi de alta 0,1 ponto em relação ao relatório anterior. Em parte, o crescimento será puxado pelo maior dinamismo da economia dos EUA, que responde por dois terços da revisão para cima na projeção para 2026.

O Banco Mundial estima que o **PIB** global cresceu 2,7% no ano passado, uma revisão para cima de 0,4 ponto percentual em relação ao relatório de junho. Segundo a entidade, o avanço foi sustentado por um aumento do comércio antes da imposição das tarifas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, e por rápidos reajustes nas cadeias globais de crescimento, já que muitas empresas reforçaram seus estoques se antecipando às sobretaxas do governo americano.

Para este ano, economistas do Banco Mundial preveem uma leve desaceleração no crescimento porque os impulsos do ano passado devem perder força, graças a uma queda na demanda interna dos países que também deve afetar o comércio global. Apesar disso, a flexibilização das condições financeiras internacionais e as políticas de expansão fiscal em várias grandes econômicas devem ter o efeito oposto, ajudando a amortecer a queda na atividade.

Apesar da revisão para cima, o Banco Mundial ressalta que, se as previsões se confirmarem, a década de 2020 caminha para ser a mais fraca em termos de crescimento global desde os anos 1960, um problema gravado pelo fato de os países estarem com níveis recordes de dívida pública e privada.

"A cada ano que passa, a economia global se tornou menos capaz de gerar crescimento e aparentemente mais resiliente às incertezas políticas", afirmou o economista-chefe do Banco Mundial, Indermit Gill, em

comunicado que acompanha o relatório. "Mas dinamismo econômico e resiliência não podem divergir por muito tempo sem prejudicar as finanças públicas e os mercados de crédito."

Para 2026, o crescimento nas economias avançadas deve ser de 1,6%, diz o relatório, o mesmo percentual previsto para 2027. Já para mercados emergentes e economias em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma expansão de 4% neste ano e de 4,1% no próximo, altas de 0,2 ponto percentual em relação a estimativas anteriores.

O relatório ressalta que o ritmo lento de expansão está ampliando a desigualdade entre países ricos e pobres. Ao final do ano passado, quase todas as economias avançadas tinham uma renda per capita superior aos níveis de 2019 - ainda que a previsão de crescimento em 2026 seja de 3%, 1 ponto percentual abaixo da média da década de 2000-2019. Por outro lado, uma em cada quatro economias em desenvolvimento fecharam o ano com uma renda per capita menor, segundo as previsões.

Na avaliação da entidade, essas tendências podem intensificar o desafio de gerar empregos nas economias em desenvolvimento, onde 1,2 bilhão de jovens atingirão a idade ativa ao longo da próxima década. Fora melhorias na produtividade, na empregabilidade e no ambiente de negócios para atrair capital privado, os governos também deverão reforçar a sustentabilidade fiscal, corroída nos últimos anos por choques como a pandemia de covid-19, crescentes necessidades de gasto e aumento dos custos com o serviço da dívida.

O economista-chefe adjunto do Banco Mundial, M. Ayhan Kose, afirmou que restaurar a credibilidade fiscal se tornou uma "prioridade urgente" para economias emergentes e em desenvolvimento, nas quais a dívida pública atingiu o nível mais alto em mais de 50 anos.

"Regras fiscais bem desenhadas podem ajudar governos a estabilizarem a dívida e responderem a choques de forma mais eficaz", disse ele. "Mas regras por si só não bastam: credibilidade, fiscalização e compromisso político determinam, em última instância, se regras fiscais entregam estabilidade e crescimento."

Previsões para o Brasil.

O Banco Mundial prevê que a economia brasileira crescerá 2,3% em 2025, uma queda de 0,1 ponto percentual em relação ao último relatório. Para 2026, a estimativa é de uma leve queda na taxa de crescimento para 2%, ante 2,2% de junho, e de uma alta, para 2,3%, no ano seguinte. Segundo a entidade, a desaceleração neste ano "reflete os impactos das taxas de juros reais elevadas, dos ventos contrários relacionados ao comércio e à maior incerteza global".

Ao analisar as tendências para as economias da América Latina e do Caribe, não só do Brasil, o Banco Mundial afirma que as perspectivas regionais tendem para o "lado negativo". Fora as incertezas comerciais devido às tarifas de Trump, a expectativa de um crescimento global abaixo do esperado pode causar uma queda acentuada nos preços das commodities, o que pesaria nas receitas dos governos da região, já pressionados por níveis elevados de dívida pública.

Do lado positivo, o Banco Mundial ressalta as perspectivas de rápida adoção da inteligência artificial, que podem aumentar a produtividade na região, especialmente em países mais bem posicionados para aproveitar os benefícios da tecnologia e com forças de trabalho mais capacitadas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260114/>

No Brasil, um ritmo de negócios mais moderado

Em 2026, o movimento de fusões e aquisições (M As na sigla em inglês) no Brasil tende a ser moderado, não só em tecnologia, segmento que lidera o número de negociações, mas em outros setores da economia.

O cenário é traçado pela consultoria KPMG. "Teremos um crescimento de M As em empresas de tecnologia, mas com a geopolítica mais complicada na região [da América Latina], as coisas vão ficar meio mornas", diz o sócio de fusões e aquisições da KPMG, Rodrigo Guedes, ao Valor.

Um movimento global de enxugamento de operações entre multinacionais corrobora a projeção do sócio especializado na área de fusões e aquisições da KPMG. "Juros altos, inflação, questões tributárias são desafios globais", afirma. "Estamos vendo multinacionais saindo de negócios que não são chave para elas e focando em capital financeiro e humano que geram retorno", observa Guedes.

No Brasil, o ano de 2026 ainda traz um grau de incerteza um pouco mais elevado a investidores interessados em M As, considerando o ciclo de "queda de juros e contas do governo, além de ser um ano de Copa do Mundo e eleições", nota o executivo.

De janeiro a novembro de 2025, o volume de negociações anunciadas no setor de tecnologia no país recuou 7,6% em relação aos 11 meses de 2024. Do total de 598 negociações até novembro, 497 envolveram empresas de tecnologia, que atuam em setores como desenvolvimento de software e serviços, um aumento de 13%. Na categoria de internet, incluindo empresas nativas digitais de varejo, finanças, logística e outros setores, houve 101 negociações, uma queda de 51% em base anual.

Empresas de tecnologia mantêm a liderança do ranking de setores da economia que mais realizam fusões e aquisições no país. Na sequência está o setor financeiro, seguido pelas empresas

"Com a geopolítica mais complicada na região, as coisas vão ficar meio mornas" Rodrigo Guedes

de internet.

A queda acentuada em fusões e aquisições na categoria de internet vem ocorrendo nos últimos três

anos, após um período de digitalização acelerada, no auge da pandemia da Covid-19, explica o sócio de fusões e aquisições da KPMG. Neste segmento, a tendência de queda de M As persiste por um movimento de internalização de aplicações de inteligência artificial (IA). "Faz mais sentido fechar parcerias com provedores de tecnologia do que fazer uma aquisição", avalia Guedes.

Negociações no mercado interno são historicamente mais representativas no país. Nos 11 meses de 2025, 80,4% das 453 fusões e aquisições de tecnologia anunciadas no Brasil envolveram empresas locais (364), enquanto as multinacionais entraram em 19,6% das negociações, aponta um levantamento da PwC Brasil.

Na avaliação do diretor-executivo de operações em Consultoria e Líder de Negociações na PwC Brasil, Christian Gamboa, o Brasil se mantém no radar global de multinacionais que olham potenciais aquisições de empresas, e talentos de IA em 2026. "Se nossas empresas conseguirem se posicionar de maneira relevante nesse mercado, trazendo inovação que complementa o portfólio das grandes, não teria por que não vermos esse movimento atingindo o mercado local também".

O fechamento da janela de aberturas de capital (IPOs, na sigla em inglês), limitando as alternativas de liquidez para investidores, e a corrida da IA entre empresas tradicionais favoreceram aquisições de startups. Em 2025, foram registradas 172 aquisições de startups, com destaque para empresas de serviços financeiros (fintechs). O volume total de M As envolvendo startups cresceu 16% ante 2024, informa a empresa de dados e consultoria Distrito.

"Os M As se consolidaram como o principal mecanismo de "exit" [retorno sobre o investimento em startups] desde 2023", diz o executivo-chefe de tecnologia (CIO) do Distrito, Gustavo Araújo. "Além disso, a ascensão da inteligência artificial tem pressionado empresas tradicionais a adotarem estratégias "AI first" ", acrescenta. A combinação desses fatores mantém startups atrativas para aquisições em 2026, nota Araújo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188468?page=1>

§ion=1